



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Vozes eméritas

Título

Vozes Eméritas da Universidade de Évora

Edição

Universidade de Évora

Coordenação

Hermínia Vasconcelos Vilar e Noémi Marujo

Autores

Vários

Projeto gráfico

João Morgado [Divisão de Comunicação]

Impressão

Capa: Gráfica Eborense

Miolo e acabamentos:

Unidade de Impressão e Encadernação

Évora, maio de 2026

Depósito Legal n.º 564426/26

ISBN 978-972-778-538-4

Tiragem ~ 100 exemplares

índice

- 07 **Prefácio**
Hermínia Vasconcelos Vilar
Noémi Marujo
- 11 **Da Escola de Regentes Agrícolas de Évora
à Universidade de Évora**
Alfredo Gonçalves Ferreira
- 15 **Mandato como Reitora da Universidade de Évora
(2014 – 2022)**
Ana Costa Freitas
- 31 **A Universidade de Évora na minha vida**
António Cipriano Afonso Pinheiro
- 47 **A Universidade de Évora, o Acaso e a Vida**
Carlos Braumann
- 59 **Experiências e Vivências de Ser Professor de Sociologia
na Universidade de Évora**
Carlos Alberto da Silva
- 79 **O Modelo Científico da Gestão Económica:
Contributo e Abrangência na sua Aplicação
ao Desenvolvimento da Agricultura**
Carlos Alberto Falcão Marques
- 101 **Universidade e Arte. Ensino e investigação.
Bonecos de Santo Aleixo e Teatro Dom Roberto**
Christine Zurbach

- 119 **Consolidação das Artes na Universidade**
Christopher Bochmann
- 133 **Elogio da Universidade**
Eunice Cabral
- 137 **Algumas boas memórias da Universidade**
Fernanda Henriques
- 143 **Depoimento quase autobiográfico com muita arqueologia
à mistura**
Jorge de Oliveira
- 165 **Com as artes, as humanidades, as ciências e as tecnologias,
viajamos do passado para o futuro**
Jorge Araújo
- 173 **Dei há 40 anos a minha primeira aula na Universidade de Évora**
José Alberto Gomes Machado
- 181 **Testemunho de uma vida universitária
Dos primórdios do Instituto Universitário de Évora
à consolidação das Ciências Agrárias na Universidade Évora**
Maria do Rosário Gamito de Oliveira
- 189 **Memórias da Universidade de Évora**
Maria Ivone Esteves da Clara (Henriques)
- 217 **Percurso Académico: da Investigação à Governação Universitária**
Mourad Bezzeghoud
- 241 **Cinquentenário da refundação da Universidade de Évora.
Depoimento**
Rui Namorado Rosa



Jorge de Oliveira
Professor Catedrático
(aposentado)
Departamento de História

DEPOIMENTO quase autobiográfico com muita arqueologia à mistura

Entendeu a Universidade de Évora distinguir-me com o título de Professor Emérito, o que muito me honra. Aproveito para aqui registar a minha eterna gratidão a quem, propôs, votou e aprovou este título, bem hajam. Pede-me agora a Reitoria que, nalgumas páginas, e a esse propósito, escreva um breve depoimento para, conjuntamente com os dos meus colegas, ser publicado em livro.

O que se poderá escrever nestas circunstâncias?

Depois de alguma reflexão achei que deveria, nas poucas páginas que me atribuíram, recordar alguns episódios da minha passagem por esta instituição em dois períodos bem distintos da minha vida, um como estudante liceal, outro como docente universitário, mas, nas duas situações, tendo a minha grande paixão de sempre bem presente, a Arqueologia.

A minha entrada na Universidade de Évora não começa quando concorri, em 1983, a uma vaga para Assistente Estagiário de Pré-História, Pré-Clássicas e Arqueologia. A minha chegada ao Colégio do Espírito Santo tinha começado 16 anos antes, em 1967. Funcionava o Liceu Nacional de Évora, no Colégio do Espírito Santo, da extinta Universidade de Évora, quando para aqui entrei em outubro de 1967, para frequentar o 1.º Ano do Ensino Liceal. Retirado das terras graníticas de Santo António das Areias, onde cresci e frequentei a Escola Primária, matricularam-me os meus pais no Liceu de Évora porque nesta cidade viviam os meus avós maternos, mas, também,

porque se entendia nessa altura, que os rapazes deveriam “largar as saias da mãe” o mais cedo possível.



foto 1 _ De casaco, na terceira fila ao centro. Turma C, masculina do 1.º ano do Liceu Nacional de Évora, 1967

Reconheço que não foi fácil a transição. Na casa dos meus avós, ambos já com idade avançada e doentes, íamo-nos cuidando uns aos outros. O “avio” de casa, quer nos mercados de sábado de S. Francisco, quer nalgum comércio da Praça do Giraldo era, muitas vezes, apesar dos meus 11 anos e a viver numa terra estranha, incumbência minha. O meu apoio no exterior às necessidades domésticas nem sempre correu bem. Algumas vezes me perdi no emaranhado das estreitas ruelas da “grande” urbe, mas pior do que isso eram as constantes praxes, ditas académicas, que a partir das 17 horas impediam os caloiros de sair de casa sozinhos. Se fôssemos apanhados pelos da “capa e batina” certo era levarmos “carolada” na cabeça e obrigados a pagar uma multa. Por duas vezes fiquei sem as moedas contadas que levava para o “avio” de casa, porque a multa aplicada pela “praxe” teve de ser saldada

Foi durante a frequência deste Liceu que contactei, pela primeira vez, com um arqueólogo. Numas soalheiras férias da Páscoa, Henrique Leonor Pina, antigo colega de Magistério dos meus pais, leva-nos a conhecer algumas das suas descobertas arqueológicas. Visitámos a Anta Grande do Zambujeiro, o Cromeleque dos Almendres, o Castelo do Giraldo e a Coroa do Frade e ofereceu-me o primeiro livro de Arqueologia que compulsei, a *Arqueologia Prática*, de Abel Viana. Adujava-se, assim, a semente que em mim já germinava desde criança quando, pela mão do meu pai, visitávamos antas e castros que existem nas margens do rio da minha aldeia, o Sever e sonhava com os tesouros que ali estariam enterrados. Agora, aquele jovem de 11 anos desterrado em terras eborenses, com os ensinamentos que colhia no livro de Abel Viana e com as descobertas contadas em primeira mão por Leonor Pina, ainda mais sonhava com o que debaixo da terra se esconderia. Sempre que os meus pais me vinham visitar a Évora o encontro com o Prof. Henrique Leonor Pina era obrigatório e lá ficava eu encantado a ouvir, durante horas, algumas vezes no Café Portugal, outras no Arcada, as histórias das descobertas que, entretanto, ele tinha feito. Apresentou-me, numa das vezes, outros seus companheiros de descobertas e de lides políticas clandestinas. Formavam o autodenominado Grupo dos Admiradores do Alentejo e nessa altura escavavam algumas antas nos arredores de Évora, como a Anta da Mitra II, ou a dos Cabacinheiros. E a semente da Arqueologia mais raízes desenvolvia. Descobri, então, que na sede do Grupo Pró-Évora, nas quartas-feiras da parte da tarde, aí se juntavam algumas pessoas para lavar e colar cerâmicas que o Coronel Afonso do Paço havia recolhido no Castelo do Giraldo. Nas tardes de quarta-feira, nos dias de chuva, em que as atividades obrigatórias, da Mocidade Portuguesa, no meu caso de “Tiro e manejo de armas”, não se realizavam, lá me esgueirava eu para a sede do Grupo Pró-Évora onde me perdia a lavar “cacos antigos”.

No Liceu de Évora me mantive até ao final do ano de 1969, estava, então no 3.º ano. No decurso da curta campanha eleitoral para a Assembleia Nacional de 1969, vi-me envolvido nela por ter apanhado e redistribuído no Liceu

panfletos da CDE (Coligação Democrática Eleitoral), que numa chuvosa madrugada foram lançados de avioneta num dos bairros da cidade. Levado ao gabinete do Reitor senti no corpo que não deveria ter apanhado e muito menos redistribuído aqueles pequenos papéis amarelos que apenas diziam VOTA CDE. A partir desse momento a minha permanência no Liceu de Évora ficou muito complicada. As notas que me foram atribuídas no final do primeiro período revelavam isso mesmo. Foi o meu avô, na qualidade encarregado de educação, chamado ao Liceu onde o informaram que eu não era ali desejado, havia que procurar outra alternativa. Com a desculpa que a idade avançada e as múltiplas doenças dos meus avós não lhes permitiam acolher-me na sua casa em Évora, em janeiro de 1970, solicitaram os meus pais a minha transferência para o Liceu de Portalegre. Uma transferência no meio do ano letivo era coisa rara e não foi fácil que o reitor de Portalegre acedesse ao pedido. Com alguns contactos laterais lá me matricularam em Portalegre e passei a residir num quarto com mais dois estudantes. Aparentemente, junto ao meu processo individual enviado do Liceu de Évora para o de Portalegre deveria ter vindo alguma nota informativa sobre o “VOTA CDE”. A verdade é que se as notas que trazia averbadas de Évora eram más, as me foram atribuídas nas outras avaliações em Portalegre pior ainda foram e, como era esperado, não passei de ano, seguramente apenas porque não estudava o suficiente....

Poderia não ter boas notas, mas estudar Arqueologia esteve sempre no meu horizonte. Alguns artefactos, sobretudo pré-históricos, que recolhia nos campos da minha aldeia, ou nos arredores de Portalegre levei para mostrar nas aulas de História, mas a resposta dum a minha professora foi elucidativa: “Deixa-te de pedras e estuda o que tens para estudar!” ...

Com altos e baixos, mais baixos do que altos, lá terminei o 5.º ano liceal. Porque queria estudar Arqueologia e a única porta, ainda que indireta, seria o Curso de História, inscrevi-me na Área de Letras e terminei o Ensino Liceal. Entretanto, já criara um Grupo de Arqueologia na minha aldeia e montara um pequeno museu local que, após a Revolução de Abril de 1974, se viria a trans-



foto 2 _ À direita, em pé, com Equipa de Arqueologia da F.L.L., dirigida pelo Prof. Vitor Gonçalves, ao centro, na Serra Algarvia, 1977

formar no GDIC, Grupo de Dinamização Cultural de Santo António das Areias. Era o seu foco principal promover o estudo dos testemunhos arqueológicos da região, mas o Povoado de Vidais, os monumentos megalíticos e a Cidade Romana de Ammaia assumiam papel principal nos nossos objetivos. Nesse período, pós-Revolução de Abril, para se aceder a qualquer universidade era necessário trabalhar graciosamente, durante um ano, no denominado Serviço Cívico estudantil, tutelado pelo Movimento das Forças Armadas. Fui selecionado para dar apoio à instalação do Infantário de Santo António das Areias, mas, ainda assim, conseguia que os fins de semana fossem dedicados a prospeções e escavações arqueológicas. Terminada a obrigação social para com o Estado matriculei-me, em 1976, em História, na Faculdade de Letras de Lisboa. Convirá recordar que nesse tempo em nenhuma universidade existia licenciatura de Arqueologia, apenas cadeiras soltas relacionadas com essa especialidade.

O sonho de estudar Arqueologia aproximava-se e, na verdade, no primeiro dia de aulas levava já comigo um álbum com fotografias das minhas descobertas arqueológicas das redondezas de Marvão. Enquanto aguardava na escadaria da Faculdade de Letras que se iniciassem as aulas folheava o pequeno álbum fotográfico quando um indivíduo alto, com uma estranha barbicha, passa por mim e repara no que eu tinha em mãos. Pediu-me para lhe mostrar as fotografias, perguntou-me de onde era e, de imediato, convidou-me para o acompanhar. Percebo, então, que me dirigia com um professor de arqueologia para o seu gabinete. Nem queria acreditar, no primeiro dia de aulas estava já a discutir Arqueologia com o Prof. Vítor Gonçalves, o mestre da Pré-História. Ouvia-me atentamente querendo que lhe contasse o que mais eu já tinha descoberto nas terras de Marvão. Passo toda a manhã com o Prof. Vítor Gonçalves que me convida para almoçar no Borges a que se junta, também, o Prof. Manuel Maia, que viria a ser o meu Professor de Clássicas. Um queria saber o que já tinha encontrado nas ruínas de Ammaia, o outro queria que lhe descrevesse os materiais que encontrara nas Lapas de Vidais, em Marvão. Regressámos à Faculdade de Letras e às 14h fui assistir à minha primeira aula de Pré-História. Com o Anfiteatro 1 cheio de alunos as duas horas de aula foram passadas em diálogo constante com Prof. Vítor Gonçalves sobre os materiais neolíticos e calcolíticos que eu tinha recolhido nas Lapas de Vidais.

E, assim, fui imediatamente integrado na equipa de Arqueologia do Prof. Vítor Gonçalves, à qual me mantive sempre ligado, mas continuamente convidado para ir para as escavações dirigidas por outros docentes. Com os Profs. Manuel e Maria Maia ainda colaborarei, especialmente em Monsanto, mais tarde, também participei nas escavações do Prof. José Luís de Matos, em Vila Moura e, posteriormente, com o Prof. Cláudio Torres fui para Mértola. Foi, contudo, sob a direção de Vítor Gonçalves que participei em múltiplos projetos de investigação, sobretudo no Algarve e Alentejo, especializando-me em Arqueologia Pré-Histórica.

Os cinco anos da licenciatura, que afinal apenas foram quatro, porque consegui concluir as cadeiras dos dois últimos num só ano, rapidamente passaram.

Obtida a Licenciatura em História e com as declarações obrigatórias dos professores de Arqueologia em como tinha a experiência necessária, em 1980 obtenho do IPPC – Instituto Português do Património Cultural, o estatuto de arqueólogo e começo a dirigir projetos de investigação autónomos.



foto 3 _ À direita, em pé, com uma das minhas equipas de escavação disponibilizada pela Câmara Municipal de Marvão, na Anta da Cabeçada, 1990

Estava realizado o sonho de infância, era agora e, formalmente, arqueólogo encartado. Mas trabalhar e viver da Arqueologia em Portugal, se ainda hoje não é fácil, nessa altura, era uma autêntica miragem. A profissão de arqueólogo não existia, apenas poderia desenvolver alguma curta investigação pessoal com o apoio dos exíguos subsídios que o Estado atribuía e que nos possibilitava uma curta campanha de trabalho de campo de uma semana por ano. Raramente essa campanha poder-se-ia prolongar por outro idêntico período se conseguíssemos convencer algum presidente de câmara, ou governador civil mais sensível para assuntos patrimoniais a dar-nos mais algum apoio, coisa que muito dificilmente se conseguia. Mas eu algumas vezes o consegui

e logo no verão em que terminei a licenciatura iniciei o estudo de campo da Anta dos Pombais, a que se seguiram outros monumentos pré-históricos de Marvão, alargando, nos anos seguintes a monumentos dos concelhos de Castelo de Vide e Nisa. Eram campanhas exclusivamente de Verão e que duravam, no máximo duas semanas, se conseguíssemos gerir muito bem os subsídios concedidos.

Como da Arqueologia não se vivia, tive que procurar trabalho onde o houvesse mas que de alguma forma se relacionasse com a minha formação. Nas universidades e museus não havia vagas, nas autarquias para que queressem um arqueólogo? Resolvi concorrer a Professor de História do Ensino Secundário. No primeiro ano, em 1980, consegui colocação em Almada e nos dois anos seguintes, sempre de malas aviadas, passei por Vila Viçosa e por Portalegre. Em 1983 estava a lecionar História na Escola Secundária de Alverca, em horário noturno. As tardes passava-as na biblioteca do Centro de História da Faculdade de Letras, ou na Biblioteca Nacional de Lisboa. Aí, numa sexta-feira de maio, no bar, por volta da hora de almoço, encontro o meu antigo colega de curso, Nuno Severiano Teixeira, que me pergunta, de rompão, se já me tinha candidatado à vaga para Assistente de Pré-História e Arqueologia que tinha aberto na Universidade de Évora. Disse-lhe que desconhecia em absoluto a existência de tal concurso. Ao que me respondeu que concorresse porque aquela vaga era mesmo a minha cara e que nessa universidade, onde ele também já lecionava História Contemporânea, havia outros nossos colegas de curso a lecionar outras especialidades. “Mas tens de te despachar porque o concurso termina hoje às 5h30m”, disse-me o Nuno. Mas merece a pena ir agora para Évora? Não haverá já alguém predestinado? “Vai concorrer a Évora porque é um concurso limpo e tu tens curriculum mais que suficiente, vai!”, disse-me o meu colega Nuno. “Quando lá chegares pergunta pelo Departamento de História e preenche o requerimento de admissão ao concurso!”. Pouco passava das duas da tarde e lá me meto eu à estrada, ao volante do já então velhinho Opel Olympia, em direção a Évora. Chego ao Departamento de História poucos minutos antes da hora de fecho.

Atende-me a D. Maria do Carmo Ferreira que com o seu sempre simpático sorriso nos lábios me encaminha para um gabinete que na porta dizia Diretor do Departamento de História. Digo-lhe ao que venho, ele olha para o relógio, abana a cabeça e entrega-me uma minuta para preencher. Requerimento entregue, lacónicas despedidas feitas e, de imediato, regresso a Alverca porque as minhas aulas começavam às 20h. Mais de um ano depois, quando já nem me recordava que tinha concorrido a Évora, recebo um curto e sóbrio ofício da Universidade de Évora a informar que tinha 15 dias para entregar os documentos comprovativos das declarações prestadas no requerimento de concurso ao qual tinha sido opositor, mas não informando que o tinha ganho. Enviei por correio a documentação solicitada pensando que ainda se tratava de alguma fase processual do concurso. Nesse ano, 1984, como professor provisório “nómada” que era, havia poucas semanas que tinha começado a lecionar numa escola secundária de Portalegre. Preparava-me para ir dar uma aula quando me chamam à secretaria para atender uma chamada telefónica urgente. Do outro lado da linha uma voz feminina, que vim a saber, posteriormente, que era a da D. Gertrudes Santos, da Secção de Pessoal, pergunta-me se sempre quero ir dar aulas para a Universidade de Évora, porque o ano letivo já tinha começado e havia que tomar posse urgentemente. Apercebo-me, assim, que, afinal, tinha sido eu a ganhar o concurso aberto havia mais de um ano. Telefonicamente e de acordo com a agenda do Reitor, o Prof. Ário Lobo de Azevedo, agenda-se, a tomada de posse para o dia 17 de outubro de 1984. Decorre a tomada de posse na Reitoria em ambiente muito cordial. Retorno, assim, 16 anos depois, ao espaço onde, com 11 anos, tinha iniciado o curso liceal, a Universidade de Évora.

No dia seguinte fui convocado pelo Diretor do Departamento de História para me informar que o meu gabinete seria na zona central do Palácio Vimioso, mas onde ainda não havia luz, nem água, porque o palácio tinha acabado de ser comprado. Mais me disse que seria seu assistente e que teria a meu cargo as cadeiras de Pré-História, Civilizações Pré-Clássicas, duas orientações de Estágio Curricular de Ensino de História e duas disciplinas do Curso

Superior Livre de Arqueologia. E, para espanto meu, informou-me que nas aulas de Pré-história não tinha “necessidade de falar daqueles macacões”. Fiquei perplexo. Estávamos em 1984 e não podia falar do “processo de hominização”? Desci até ao bar do Colégio do Espírito Santo a pensar, cá para comigo, onde é que me tinha metido. Com um café na mão e a ponderar em voltar para a escola secundária, onde, pelo menos aí poderia falar de Hominização, aparece-me o Reitor que me pergunta se estava a gostar da Universidade. Pelo meu semblante percebeu que algo não estava a correr bem. Expliquei-lhe o meu desconforto com as instruções recebidas. Sorriu, e disse-me para não ligar ao que tinha acabado de ouvir e que ele até nem era diretor, mas apenas adjunto. Mais me disse que nas minhas aulas quem mandava era eu e que nunca poderia ser assistente de alguém que até teria, “quem sabe, menos habilitações que você!”. Tranquilizou-me dizendo que se tivesse mais algum problema, ou dúvida, que falasse diretamente com ele, que tudo se resolveria.

Ultrapassado o primeiro embate, organizei os programas das disciplinas que me estavam atribuídas e comecei a lecionar.

Tinha a Universidade cedido a ala direita do Palácio Vimioso ao recém-criado Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, extensão local do Instituto Português do Património Cultural. Dirigia este serviço o Doutor Caetano Beirão que sabendo da minha presença em Évora de imediato me convidou para, graciosamente, colaborar com o SRAZS e cedeu-me um espaço de trabalho onde havia luz, água e aquecimento. Era este Serviço continuamente frequentado pelos vários arqueólogos que investigavam a sul do Tejo. Dessa convivência, mas sobretudo muito estimulado pelo diretor do Serviço comecei, conjuntamente com o Dr. José Caeiro, que já lecionava há dois anos as disciplinas de Clássicas e com o Dr. Manuel Castro Nunes que, entretanto, tinha também entrado para o Departamento de História, ambos arqueólogos, a preparar programas de disciplinas tendo em vista a criação duma Licenciatura de Arqueologia na Universidade de Évora, em parceria com SRAZS. Preparávamos, assim, em finais de 1985, a primei-

ra licenciatura autónoma de arqueologia em Portugal. Convém recordar que noutras universidades já começava a existir formação em Arqueologia, mas no formato de variante da Licenciatura de História. Almejavamos nós criar em Évora uma licenciatura de arqueologia, com forte componente prática e totalmente autónoma da de História, ainda que incorporando as cadeiras estruturantes, que já eram ministradas, desde 1979, na formação de professores de história. Com o plano do curso de cinco anos estruturado e esboçados os respetivos programas das diversas disciplinas, pedimos uma reunião com o Reitor. Poucos dias depois fui recebido pelo Prof. Ário Lobo de Azevedo que atentamente ouviu a proposta que levava. Depois de tecer algumas considerações sobre a importância para a região dos estudos arqueológicos perguntou-me quem seriam as entidades empregadoras e qual a capacidade de absorção dos jovens formados em arqueologia. Fez-me ver que a empregabilidade dos jovens arqueólogos estaria esgotada ao fim do primeiro, ou, quando muito, do segundo ciclo de formação. Propôs-me que em conselho de departamento avaliasse qual a receptividade não duma licenciatura autónoma, mas duma variante em arqueologia do curso de história, à semelhança do que as outras universidades já faziam, permitindo a quem a frequentasse tivesse a hipótese de entrar no mercado de trabalho como professor de história, ou como arqueólogo. Fui porta-voz dessa proposta num dos conselhos de departamento. A ideia não teve o acolhimento que desejávamos. Entenderam os outros colegas que a existir uma reestruturação do curso seria para a criação dum Curso de História, com as variantes de Ensino de História, já existente e, eventualmente, em Património Cultural, o que veio, de facto, a concretizar-se alguns anos depois.

Criado o Curso de História com Variante em Património Cultural, conseguimos incluir na sua formação diversas cadeiras de arqueologia, tanto teóricas como práticas, que permitiram que, até à regulamentação publicada em 1999, os formados na Universidade de Évora, com frequência nessa especialidade, fossem reconhecidos como arqueólogos. Estavam, assim, lançadas as raízes para a formação especializada em Arqueologia na Universidade de Évora.



foto 4 _ Nas Provas de Doutoramento na Universidade de Évora, em 1995

Criada que estava uma equipa de docentes com formação em Arqueologia começamos a ser contactados por diversas autarquias do Alentejo para as apoiarmos na área da nossa especialidade. A Câmara de Évora foi logo das primeiras a contactar-me, convidando-me para iniciar a realização das prospeções de campo conducentes à elaboração da carta arqueológica concelhia. Aceitei o desafio e convidei os outros colegas e dois alunos para colaborarem nesse aliciente projeto. Porque o regime de exclusividade nos impedia de auferir qualquer pagamento apenas solicitávamos que nos fosse pago o combustível para as deslocações. Não durou muito tempo esse estudo porque quando o diretor do departamento dele teve conhecimento proibiu-me de o continuar, justificando que as relações entre a universidade e a autarquia não eram desejáveis, “eles são vermelhos, está a entender?”. Embora pouca prospeção de campo tivéssemos realizado, conseguimos, mesmo assim, inventariar mais de 400 sítios arqueológicos nos arredores de Évora. Foram, posteriormente, essas fichas de inventário incorporadas nos levantamentos realizados por outra equipa de outra universidade.



foto 5 _ Com alunos junto ao Menhir da Meada (Castelo de Vide)

Porque tinha uma carreira académica pela frente redirecionei a minha investigação para o território e para o período cronológico que desde sempre me apaixonou, a falda norte da Serra de S. Mamede e o Neolítico. Com o apoio das autarquias de Marvão, Castelo de Vide e Nisa, numa primeira fase e depois com a colaboração do Ayuntamiento de Cedillo e também do de Valência de Alcântara, abarcando, portanto, toda a bacia hidrográfica do rio Sever, produzi investigação que me permitiu, primeiro realizar as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, em 1988 e o Doutoramento em 1995. Nesses vários anos de investigação de campo não pude envolver, como gostaria, os alunos da minha universidade. Nas múltiplas prospeções e escavações que realizei contei, maioritariamente com jovens dessas localidades. Organizavam-se campos de férias promovidos pelas respetivas autarquias. Noutros casos as autarquias disponibilizavam-me equipas de pessoas com mais idade que se encontravam desempregadas e que, ao colaborarem nestas atividades,

auferiam mais algum dinheiro a somar ao subsídio de desemprego. Nesses tempos, como ainda hoje, levar alunos para trabalhos de campo implicava uma logística muito mais complexa e custos incombustíveis para quem, algumas vezes mais não conseguia do que 50000 escudos (250€) de subsídio estatal para 15 dias de escavações.

Se organizar trabalhos de campo com adultos, de meios rurais, completamente afastadas das metodologias arqueológicas não era tarefa fácil foi, por outro lado, mutuamente enriquecedor. Com eles muito aprendi e também do meu saber algo com eles partilhei e hoje, passados tantos anos, quando aí regresso vejo que deixei raízes. Todos sabem o que são dólmens e menhires, pontas de seta e machados de pedra polida e ficou uma forte amizade consolidada com o pó da terra amassado no suor que nos escorria pelo rosto naqueles verões abrasadores do interior do Alentejo e Extremadura espanhola.

Só a partir de meados da década de 90, quando se criaram diversas disciplinas de Arqueologia obrigatórias, ou opcionais no Departamento de História,



foto 6 _ Com alunos na escavação do Abrigo Pinho Monteiro (Arronches)

que implicavam práticas de campo, comecei a organizar equipas formadas por alunos. Contudo, nunca conseguimos demonstrar às estruturas de governo da universidade que aulas práticas de Arqueologia implicavam a disponibilização de viaturas todo-o-terreno, custos com pernoitas, alimentação, equipamento e verbas para consumíveis. Para responder a esta incompreensão, eu e os meus colegas procurámos, através de prestações de serviço ao exterior, obter os recursos necessários para ministrar as aulas práticas obrigatórias na formação de arqueólogos. Mas, também através deste expediente, nunca conseguimos evidenciar à estrutura de governo universitária que as verbas que se obtinham através das prestações de serviço tinham de ser globalmente aplicadas, para com elas se poder responder, através de equipas de alunos, muitas vezes completamente inexperientes, a complexas exigências técnicas que outras equipas profissionais, concorrentes no mercado, conseguiam realizar em menos tempo e logo com menor custo. Entendia a estrutura de governo da universidade que deveria cobrar *overheads*, que nalguns anos chegaram aos 35% mais iva do total da verba a contratualizar. Perdemos vários estudos a que concorremos, exclusivamente para permitir as práticas arqueológicas obrigatórias dos nossos alunos, porque os valores que apresentávamos não eram concorrenciais no mercado. Se por um lado o tempo de execução tinha de ser sempre mais dilatado porque as nossas equipas estavam em formação, por outro, a instalação dessas equipas, por tempo mais prolongado, implicava gastos superiores a que se teria de somar ainda os absurdos *overheads* administrativos, resultando em valores acima dos praticados no mercado. Mas, mesmo assim, com muito empenho nosso e alguma sensibilidade das entidades contratantes, através de prestações de serviço, conseguimos promover vários e importantes estudos nos quais envolvemos os nossos alunos, ou ex-alunos já profissionais. Dessas prestações de serviço destaco as que desenvolvemos para a REFER, durante mais de 12 anos, para a Coudelaria de Alter, durante quase 15 anos, para as Câmaras de Marvão, Castelo de Vide, Nisa, Arronches, Évora e Valência de Alcântara, igualmente por largos anos. Também com equipas de alunos desenvolvemos trabalhos de salvamento de monumentos que iriam ser afetados pela Barra-

gem do Alqueva, no lançamento do estudo da Cidade Romana de Ammaia, assim como o levantamento arqueológico do Parque Natural da Serra de S. Mamede e vasta colaboração com a Região de Turismo da Serra de S. Mamede, na divulgação do seu património arqueológico. Conseguíamos, desta forma, garantir a formação obrigatória de prática em Arqueologia aos nossos alunos.



foto 7 _ Aula de topografia arqueológica junto à Anta dos Saragonheiros 1 (Nisa)

Porque a legislação até 1999 o permitia, os licenciados em História da Universidade de Évora que obtivessem aproveitamento nas diferentes disciplinas obrigatórias e optativas em Arqueologia e tivessem participado em, pelo menos, três campanhas arqueológicas de campo e acompanhados de um parecer vinculativo de um dos arqueólogos da Universidade de Évora, eram reconhecidos como arqueólogos. Assim, a entidade da tutela (IPPAR) permitia aos licenciados em História, à semelhança do que ocorria com os de outras

universidades, dirigir trabalhos de arqueologia, enquanto profissionais. Desta forma, até 1999, os licenciados em História, com prática de campo em Arqueologia, obtinham a carteira profissional de Arqueólogos. Estava, portanto, institucionalizada a formação em Arqueologia nesta Universidade, pela qual tanto lutámos, mas obrigava que o corpo docente organizasse, sobretudo nos denominados tempos de férias, campos de trabalho, com prospeções e escavações em todos os períodos históricos por forma a garantir a obrigatória componente de prática de arqueologia. Todo o corpo docente acolheu, com esforço acrescido, esta responsabilidade formativa extra-horário para que fosse reconhecida a Universidade de Évora como formadora de arqueólogos.



foto 8 _ Aula de Desenho Arqueológico

Esta formação prática em arqueologia garantida pela Universidade de Évora granjeou à instituição grande reconhecimento público, sobretudo, junto das outras universidades, que levou a que a nossa universidade promovesse a

criação da CIUARQ – Comissão Interuniversitária de Arqueologia, através do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, muito devido ao empenho do, então, Reitor da Universidade de Évora, Prof. Jorge Araújo. Dois anos depois, em 1999, aqui organizámos o 1.º Encontro de Arqueologia das Universidades Portuguesas.

Com a alteração legislativa de 1999, que obrigava a uma formação especializada em Arqueologia para a obtenção da carteira profissional de Arqueólogo, cria-se no Departamento de História, a Variante em Arqueologia, com o número mínimo de créditos para responder à nova legislação. Anos depois, em 2006, com as alterações decorrentes do Processo de Bolonha, que instituiu as licenciaturas de três anos, a entidade da tutela da Arqueologia Portuguesa determina que para a obtenção da carteira profissional de arqueólogo era necessário o grau de mestre. A Área de Arqueologia da Universidade de Évora,



foto 9 _ Na “Última Lição” na Universidade de Évora, em 22 de setembro de 2023

contra ventos e tempestades internas, consegue que se crie um mestrado da especialidade, muito direcionado para estudos de impacte.

Em 2009, é reconhecido pela Agência de Acreditação (A3ES) o Doutoramento em Arqueologia da Universidade de Évora. Este 3.º Ciclo de formação foi claramente estruturado em regime de tutoria para dar resposta a uma procura crescente de formação avançada de investigadores que por motivos profissionais não podem assistir regularmente a aulas presenciais. Completava-se, assim, a partir de 2009, a fileira de formação em Arqueologia na Universidade de Évora, com licenciatura, mestrado e doutoramento, a que mais tarde, em 2011, se veio a associar um outro mestrado internacional, denominado ARCHMAT, de parceria com Laboratório Hercules.

Quatro décadas da minha vida dediquei à formação em Arqueologia na Universidade de Évora. Algumas vezes pensei em desistir, mas graças ao apoio



foto 10 _ Na atribuição do título de Professor Emérito pela Magnífica Reitora Hermínia Vilar, a 1 de novembro de 2024

incondicional dos meus sempre presentes colegas da Área de Arqueologia conseguimos transformar o que, em 1984, parecia ser um sonho inalcançável numa fileira formativa consolidada e com provas dadas.

Depois de 43 anos de docência, a 31 de outubro de 2023, como Professor Cate-drático de Arqueologia passei à reforma. Agora, na categoria de Professor Emérito, continuo com as minhas investigações, a orientar teses de mestrado e doutoramento e a colaborar, por generosos convites dos meus colegas, na docência de algumas disciplinas de arqueologia e também a dar algum apoio ao Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro, onde me permitem manter o meu gabinete.

A todos os que me possibilitaram concretizar o sonho de ser arqueólogo, quando com 11 anos, em 1967, entrei para o Liceu de Évora, aqui manifesto o meu eterno agradecimento.

Universidade de Évora, janeiro de 2026

Jorge de Oliveira

(joli@uevora.pt)